

O TRABALHO INFANTO-JUVENIL NA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS¹

Children's work in agriculture in the city of Tocantinópolis

SILVA, Ana Cristina Serafim da²
PEREIRA, Joelma Sirqueira³

RESUMO

O objetivo deste artigo é identificar as características do trabalho infanto-juvenil na agricultura no município de Tocantinópolis, de modo a traçar o perfil socioeconômico destas crianças e adolescentes e de suas famílias, a sua situação de trabalho e como vivem. A amostra foi de 12 sujeitos de ambos os sexos. As respostas foram categorizadas e os dados foram tratados através do *software* SPSS e da estatística descritiva. A partir do estudo, constata-se que o trabalho infanto-juvenil na agricultura se configura como uma ajuda à família para sobrevivência, as crianças ajudam os pais nas atividades da lavoura, e é uma atividade que gera um sofrimento, visto que as crianças e adolescentes deixam atividades de lazer e até os estudos para poderem trabalhar. As atividades que desenvolvem os expõe a riscos físicos, como exposição ao sol e altas temperaturas; a riscos químicos, como poeira e poluição; a riscos ergonômicos, com posições inadequadas e carregamento de peso, entre outros; e a riscos psicológicos.

Palavras-chave: Trabalho infanto-juvenil; Agricultura; Crianças e adolescentes.

ABSTRACT

The objective of this paper is to identify the characteristics of infantile-juvenile labor at agriculture fields in the municipality of Tocantinópolis. We look here to draw the socioeconomic profiles of these children and adolescents and their families, their work situation and how they experience them. The research sample consisted of 12 children of both sexes. The answers received from these people were used, via the quantitative methodology, and having a questionnaire as an instrument of research. The data were treated by SPSS software and descriptive statistics. From this study, it appears that the infantile-juvenile labor in agriculture is configured as an aid to family survival, as in early age children must accompany their parents to the farming activities as they have nothing to eat at home. It is an activity which creates a hardship to these children and adolescents, as they fail to participate in leisure and study activities in order to work. These labor activities expose them to physical risks, such as extended exposure to sunlight, to high temperatures, to chemical hazards, to dust, to pollution, to ergonomic positions and to inadequate weight bearing, among others.

Keywords: Infantile-juvenile labor; Agriculture; Children and adolescents.

¹ Apoio financeiro do CNPQ/UFT.

² Doutoranda em Psicologia Social, Mestre em Psicologia Social e Graduada em Psicologia, todos pela UFPB. Professora da UFT e Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Estudo sobre Infância e Adolescência. E-mail: <anacris_serafim@yahoo.com.br>.

³ Graduada em Pedagogia pela UFT - *Campus* Tocantinópolis. E-mail: <joelmassf@hotmail.com>.

INTRODUÇÃO

A concepção de infância e adolescência, tal como é aceita nos dias atuais, é uma construção histórica, que vem sendo modificada no decorrer dos tempos. Tal concepção foi se delineando a partir dos séculos XII e XIII e evoluindo nos séculos XVI até XVIII, quando se começa a fazer uma separação entre a criança e o adulto, e a família passou a ser o núcleo por excelência, responsável pelo cuidado e pela educação destes sujeitos (ARIËS, 1995). A adolescência também é uma construção histórica (OZELLA, 2003) e, somente a partir do século XIX, que passou a ser concebida como um período do desenvolvimento com características diferenciadas.

A Psicologia sócio-histórica concebe o desenvolvimento como uma construção histórica do homem, a partir de necessidades econômicas e sociais, compreendendo que suas características foram desenvolvidas a partir das relações sociais com o mundo adulto e com as condições objetivas em que se deu seu desenvolvimento (OZELLA, 2003; BOCK; LIEBESNY, 2003; VYGOTSKY, 2007). Nesse sentido, o desenvolvimento não é linear e universal para todas as crianças. A diversidade nas condições sociais promove aprendizagens também diversas e estas, por sua vez, ativam diferentes processos de desenvolvimento (VYGOTSKY, 2007).

Adota-se neste estudo a perspectiva sócio-histórica para entender o fenômeno do trabalho infanto-juvenil, como sendo uma das formas que permitem entrelhar e analisar a construção social da posição da infância e da adolescência na sociedade. O que possibilita compreender que existem, na sociedade brasileira, formas diferenciadas de se viver e se olhar para a infância e adolescência, principalmente para as classes populares (DOURADO; FERNANDES, 1999; RIZZINI; PILLOTTI, 2009; SILVA, 2009), e essas formas variam conforme o desenvolvimento das forças produtivas, indicando o modo como a sociedade organiza a reprodução de suas condições materiais e não materiais de trabalho e de vida.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (1995), define-se trabalho infantil como sendo as atividades desempenhadas por crianças de até 18 anos de idade. É o desempenho de uma tarefa ou uma atividade econômica, com o objetivo de receber pagamento, garantir seu sustento, contribuir no orçamento da família (ALBERTO, 2002).

TRABALHO INFANTO-JUVENIL NO BRASIL

Historicamente o trabalho infanto-juvenil existe desde a Antiguidade. Durante o período das Grandes Navegações, no séc. XV ocorreu uma grande crise na Europa, fazendo com que crianças fossem escravizadas e embarcadas para o Brasil como consequência da pobreza. Surge daí a “troca de mercadorias”, quando crianças eram trocadas por alimentos e assim serviam como mão de obra no trabalho escravo (RAMOS, 2007).

Com a industrialização no séc. XIX e XX ocorre uma grande imigração de famílias e, conseqüentemente, de crianças, do campo para a cidade em busca de uma vida melhor. Como a oferta de mão de obra acaba sendo maior que a procura, as crianças são cogitadas a fazerem tanto o trabalho operário quanto o doméstico, devido à mão de obra ser barata e

desqualificada, sendo que as crianças pobres que vinham de outros lugares durante esse processo de industrialização precisavam trabalhar para sobreviver, pois não havia escolas disponíveis para atender a todas (RIZZINI, 2007).

De acordo com Santos (2007), nesse período multiplicam-se diversas iniciativas tanto privadas quanto públicas, na preparação da mão de obra infanto-juvenil, para ser empregada tanto na indústria quanto na agricultura. Esta era vista como rentável, devido aos baixos salários e ao fato de as crianças serem consideradas “dóceis” e mais adaptáveis.

Enquanto na Europa diversas iniciativas da classe operária contra a exploração das crianças resultaram na intervenção do Estado para a regulamentação de leis para proibir a exploração do trabalho infantil e criar instituições e políticas de proteção à infância, encaminhando-as para as escolas, no Brasil as crianças passaram a ocupar os empregos dos adultos tendo seus salários rebaixados. Além dos salários aviltados pagos às crianças trabalhadoras, havia perigos constantes de acidentes, danos à saúde e prejuízos para o processo de escolarização. Mesmo assim, o trabalho era valorizado como meio de complementação da renda familiar, de disciplinarização das crianças e como alternativa para evitar a delinquência (MOURA, 2007).

As crianças pobres tinham internatos e eram educadas especificamente para o trabalho. Segundo Carvalho (2008), a visão desse problema parte de um conjunto de preconceitos e representações negativas sobre as classes populares. Essas crianças eram vistas como vítimas do abandono ou do comportamento de famílias desorganizadas e incapazes de socializá-las dentro dos valores da moral e dos bons costumes, assim como da exploração de adultos inescrupulosos. As crianças que estavam em situação de rua, em contato com um mundo cheio de mazelas e vícios, estavam propícias a se tornarem vadias, indisciplinadas e incapazes para o trabalho, cuja reprodução social se daria pela mendicância e pelo crime.

Concepções dessa ordem orientaram uma série de políticas e medidas destinadas a proteger a mão de obra infanto-juvenil, assim como a combater o mal-estar social provocado pela mendicância e pela criminalidade urbana. Com um caráter assistencialista e correccional repressivo, elas estavam centradas na criação de instituições especializadas na “proteção” ou “recuperação” dos denominados “menores”, privilegiando o seu internamento em instituições totais e a sua inserção no mundo do trabalho, para transformá-los em “indivíduos úteis à sociedade” e em futuros bons cidadãos.

Na perspectiva de “salvar o menor” do ambiente perigoso, os juristas propunham uma “nova Justiça para a infância, para corrigir os desvios do mau comportamento”, sendo criadas várias escolas correccionais e abrigos no início do sec. XX que objetivavam tirar esses menores da delinquência e já se discutia a implantação de uma política chamada de “assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes” (FALEIROS; FALEIROS, 2008). O primeiro instrumento de lei específico para crianças e jovens, o Código de Menores de 1927, fazia parte de um projeto de higienização dos espaços públicos, tendo em vista a disciplinarização do trabalho como resultado das mudanças econômicas e políticas da época. Prevalencia um discurso que

oscilava em defender ora a criança, ora a sociedade contra essa criança, o que significava pensar, de um lado a infância pobre, abandonada e desassistida e, de outro lado, a perigosa, marginal e delinquente (CRUZ, 2006).

A Constituição Federal de 1988 inaugurou o reconhecimento legal de crianças e adolescentes como cidadãos de direitos (artigo 227), além de assegurar que devem ser tratados com “absoluta prioridade” pela família, pela sociedade e pelo Estado. A doutrina de proteção integral foi regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8069/90), que garante o atendimento às necessidades de crianças e adolescentes e a proteção contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No entanto, nem todos esses regulamentos foram suficientes para a promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente. A exploração do trabalho infanto-juvenil ainda persiste e, em geral, é um fenômeno arraigado de valores culturais rígidos, ainda não superados pela humanidade. Reflete também a situação de extrema penúria em que vivem inúmeras famílias brasileiras, alijadas do mercado de trabalho, vítimas de um fenômeno que gera um ciclo de reprodução da pobreza e exclusão social (ALBERTO, 2006).

Segundo Campos e Alverga (2001), tanto as famílias quanto outros setores da sociedade atrelam às justificativas de teor econômico razões de caráter subjetivo para estimular, encorajar as crianças a, cedo, ingressarem em alguma atividade produtiva, na maior parte das vezes em detrimento de atividades esportivas, estudantis, de lazer, ainda que o trabalho desenvolvido represente sério dano físico ou mental.

Associado à realidade social e econômica, o apoio familiar à inserção precoce no trabalho produtivo subsiste a despeito da legislação, que coíbe a contratação e o exercício desse tipo de atividade por crianças e adolescentes, e de tantos programas de atendimento voltados para esses sujeitos. Toda a proibição e evidência das consequências nefastas do trabalho infanto-juvenil não têm sido suficientes para fazer estancar o crescimento dos índices das novas vítimas flagradas no trabalho doméstico, na agricultura, nas atividades terceirizadas e domiciliares etc.

Nesse sentido, a literatura pertinente permite compreender que há, no interior dessa problemática, uma discussão que aponta os seguintes aspectos fundamentais: o trabalho infanto-juvenil é uma estratégia de sobrevivência porque os pais não conseguem garantir a sobrevivência da família (CAMPOS; ALVERGA, 2001; ALBERTO *et al.*, 2011); o caráter discriminatório do trabalho infanto-juvenil e o uso deste como instrumento disciplinador (RIZZINI; PILOTTI, 2009; ALBERTO, 2002). Discriminatório porque as crianças trabalhadoras pertencem à classe baixa. São crianças pobres, filhas de trabalhadores, desempregados e proletários, os quais compõem os excluídos sociais e é pensado como uma alternativa para crianças pobres, como forma de prevenir a marginalização e adestrá-las para o mundo do trabalho (ALBERTO, 2003).

Essa caracterização permite traçar um panorama que delinea as várias visões que se têm sobre a inserção da criança no mundo do trabalho - trabalho explorador, trabalho formador-profissionalizante, trabalho complementar à renda familiar, o que por vezes acabam escondendo e camuflando as dimensões e a gravidade do trabalho infanto-juvenil, a ponto de ser dissimulado, invisível. Essa invisibilidade do trabalho infanto-juvenil se deve ao pouco conhecimento do fenômeno e a esse conceito restritivo.

O TRABALHO INFANTO-JUVENIL NA AGRICULTURA

O trabalho infanto-juvenil no ramo da agricultura sempre foi considerado como algo natural e que as crianças e adolescentes, principalmente as oriundas das classes menos abastadas, deveriam ajudar nos afazeres dentro da casa ou na agricultura familiar.

Diversos autores que estudaram as sociedades camponesas no Brasil destacaram a importância do trabalho na transmissão do patrimônio de práticas, habilidades e saberes historicamente acumulados. A formação profissional exigia que as crianças fossem iniciadas no trabalho, sob a orientação dos pais ou dos trabalhadores adultos, como parte do processo de socialização profissional e ritualização da passagem para a idade adulta. Conforme a idade, o sexo e a força física, as crianças incorporavam-se às atividades produtivas e reprodutivas das famílias na condição de ajudante. As gerações mais velhas atribuíam ao trabalho das crianças um significado primordial em sua socialização, uma vez que elas se preparavam para tornarem-se os futuros agricultores ou donas de casa, assim como seus pais. Nessa perspectiva, o trabalho das crianças assumia um caráter fundamental no ciclo da formação intergeracional dos camponeses (MARIN; VENDRUSCOLO, 2010).

O que se pode chamar de agricultura familiar, que consiste em uma forma social que envolve unidades (estabelecimentos agropecuários) que compreendem a posse ou propriedade de uma parcela de terra (geralmente de tamanho pequeno) em que trabalha um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco e consanguinidade (podendo também haver membros que não possuem estes vínculos), produzindo, ao mesmo tempo, para garantir a autossuficiência alimentar (autoconsumo) e a obtenção de excedentes destinados às trocas e/ou aos mercados (SCHNEIDER, 2005). Esta forma social de produzir e trabalhar interage com o contexto ou ambiente em que estiver inserida através de relações mercantis, econômicas, culturais, políticas, entre outras.

Para Schneider (2005), as políticas de combate ao trabalho infanto-juvenil na agricultura, principalmente a familiar, terão que modificar as condições materiais e produtivas em que as crianças se encontram, além de incidirem sobre os valores e as representações que constituem a racionalidade que informa e condiciona o agir destas famílias, visto que na agricultura familiar o trabalho das crianças e adolescentes é pensado num sentido pedagógico e formativo.

E essa formação para o trabalho voltada para as crianças e adolescentes das classes populares não se constitui nenhuma novidade no contexto brasileiro,

sendo historicamente norteadas pelo objetivo de diminuir a “vagabundagem e a criminalidade” e formar cidadãos (RIZZINI; PILLOTTI, 2009).

O PANORAMA ATUAL DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL

Os dados sobre o trabalho infanto-juvenil no Brasil ainda estão aquém da realidade. Segundo pesquisa do IBGE (2011), cerca de 3,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 7 anos estavam trabalhando no país em 2011. Os números mostram redução de aproximadamente 567 mil trabalhadores. No entanto, a região Norte foi a única que teve aumento no número de crianças e adolescentes trabalhando, passando de 10,1% para 10,8%, entre 2009 e 2011. Em 2009, ainda de acordo com o IBGE (2009), o Tocantins liderava o *ranking* de incidência de trabalho infantil em todo o país, estando em 1º lugar com número de crianças trabalhando na faixa etária de 5 a 17 anos.

Entretanto, Kassouf (2004), em um estudo realizado, destaca que a maior proporção de crianças trabalhando no ramo agrícola estaria concentrada nas regiões Sul (203.281 ou 16,4% do total de meninos e 109.122 ou 25,1% do total de meninas) e Nordeste (746.277 ou 60,5% do total de meninos e 254.986 ou 58,8% do total de meninas).

O que pode ser explicado através das conotações que o trabalho infanto-juvenil adota nas diferentes regiões e pelo tipo de economia das mesmas. Nessas regiões a agropecuária e a produção familiar tem um maior peso. Nos estados do Sul, o trabalho infanto-juvenil se enquadra num contexto familiar de busca por condições de reprodução desta unidade, a terra assume um papel simbólico, presente no imaginário das crianças, como provedora do “futuro”. Grande parte dessas famílias é formada por imigrantes vindos da Europa e que se instalaram no Sul na plantação de grandes lavouras e os filhos ajudavam no trabalho. A socialização das crianças ocorre no interior da unidade familiar, onde o trabalho é internalizado como valor, forma de aprendizado, ajuda e distração. Assim, o trabalho entrava na ordem natural do mundo infantil, por meio do incentivo, do prêmio e, às vezes, da punição (MARIN *et al.*, 2012).

A terra é tida como o principal meio de produção das necessidades indispensáveis à reprodução da família. Nesse universo, os filhos têm papel fundamental, pois influenciam diretamente a racionalidade econômica, sendo parte integrante do núcleo consumidor, bem como de trabalhadores.

Kassouf (2007) salienta a maior porcentagem de trabalhadores infantis presentes nas áreas rurais em comparação com as áreas urbanas, destacando variáveis como a pobreza das famílias, a presença de infraestrutura escolar mais fraca, menor taxa de inovação tecnológica, sendo mais fácil a criança ser absorvida em trabalhos informais, principalmente nos trabalhos agrícolas familiares. Nesse aspecto, Kassouf e Ferro (2004) identificaram forte presença do “trabalho infantil” no meio rural brasileiro, em determinadas atividades produtivas, sobretudo entre agricultores familiares.

O trabalho infanto-juvenil agrícola se torna um fator importantíssimo na contribuição para a evasão escolar, seja porque estas crianças não conseguem acompanhar o ritmo das outras crianças e de outros

adolescentes, e/ou pela falta de incentivos vindos dos próprios pais, que preferem que os filhos continuem auxiliando nas atividades agrícolas da família a frequentarem a escola e deixar que falte no sustento de casa (ALBERTO, 2002).

Desde muito cedo a criança vai aprendendo sobre a realidade para entrar no mundo dos adultos. Para isso, ela tem que vencer etapas próprias de sua idade e ter um mínimo de condições favoráveis (afeto, proteção, alimentação, saúde, escola, lazer etc.) que são essenciais para o seu desenvolvimento. As crianças que trabalham não têm espaço para serem crianças, vão pulando etapas sem vivenciá-las, vão se tornando seres humanos adulterados e não adultos. É um processo constante e invisível de desumanização (ALBERTO, 2002; CERVINI; BURGER, 2003).

Além das consequências nefastas para escolarização dessas crianças e dessas adolescentes, o trabalho infanto-juvenil determina transtornos físicos (altura e peso insuficientes, poder imunológico deficiente etc.), músculos-esqueléticos (descalcificações, desgastes musculares precoces por excesso de peso, danos à coluna dorsal etc.), neurológicos (percepto-motricidade inadequada para as tarefas, agressões tóxicas, imaturidade etc.) e sistêmicos (envelhecimento precoce). Ele também impacta sobre o estado de ânimo, desenvolvimento de habilidades, assunção de responsabilidades e construção de identidade, tornando possível alguns transtornos neuróticos e de caráter. Com o sistema neurológico imaturo e adestrado de modo grosseiro, violento, para certa e específica habilidade, a criança torna-se robotizada na habilidade adestrada, impotente das novas exigências que as revoluções na tecnologia produtiva e social propiciarem (ALBERTO et al., 2006a; ASMUS et al., 1996).

O corpo sofre os efeitos da fadiga, devido ao dispêndio excessivo de energia, mais que em adultos. A maioria das crianças sofre também de má nutrição devido à ingestão de alimentos inadequados ou que são guardados em ambientes inadequados, que baixa a resistência e as torna ainda mais vulneráveis às doenças (ALBERTO et al., 2010a).

METODOLOGIA

Participaram desta pesquisa 12 sujeitos com idade entre 7 e 17 anos. A referida pesquisa foi desenvolvida no município de Tocantinópolis na zona rural da cidade, em alguns povoados onde foi identificado o trabalho infanto-juvenil pelas instituições operadoras do direito e nas escolas públicas da cidade.

Num primeiro momento foi feito contato com as diversas instituições que atuam no Sistema de Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma a facilitar o conhecimento dos locais em que há crianças e adolescentes que trabalham na agricultura, a partir das denúncias recebidas pelas instituições. Num segundo momento, para a coleta de dados, utilizaram-se dois instrumentos: o primeiro, denominado mosquito, consistia em um panfleto em que se perguntava a idade, a série e se o sujeito trabalhava, indicando a atividade. Seu objetivo era fazer um levantamento de quais crianças exerciam alguma forma de trabalho na agricultura para que pudesse proceder a aplicação de outro questionário no formato de

Diagnóstico Rápido, com perguntas que versavam sobre dados sociodemográficos, família, renda, atividade de trabalho, como se sentia após cada atividade, escolaridade e expectativas de futuro.

A análise dos dados

Após aplicação do questionário, foi feita uma leitura e releitura destes, para cuidadosa identificação e correção dos possíveis erros, e iniciou-se a categorização das respostas. Os dados foram tratados através do *software* SPSS, que possibilitou a emissão das frequências numéricas, das categorias semânticas e das correlações do trabalho infanto-juvenil na agricultura com aspectos abordados no questionário. O que, por sua vez, possibilitou a análise dos dados mediante a estatística descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados coletados, foram identificados 12 crianças e adolescentes que exerciam alguma atividade na agricultura, sendo 10 casos a partir das escolas e apenas 2 nas idas ao campo, nos povoados em que foram registrados casos de trabalho infanto-juvenil.

Com relação às idades, estas variavam de 12 a 17 anos, com uma frequência maior entre 13 e 14 anos (58,3%), dado também encontrado em outras pesquisas (ALBERTO *et al.*, 2010a; ALBERTO *et al.*, 2011). Há um destaque para o gênero masculino (91,7%), dado também confirmado por outros autores (MOREIRA; TARGINO, 2011; ALBERTO *et al.* 2010b), sobre a maior prevalência de meninos no trabalho infanto-juvenil na agricultura. A explicação para a predominância do sexo masculino nesse tipo de atividade se dá pelo fato de o trabalho na agricultura já ser visto como um trabalho típico dos homens, por variadas causas, como exposição ao sol, levantamento de peso e habilidade com os instrumentos de trabalho. Uma outra explicação, segundo Moreira & Targino(2011), seria a concepção de que o homem é o chefe da família e, como tal, deve ser responsável pela manutenção da unidade familiar e às mulheres caberiam os serviços domésticos, e a formação do trabalhador inicia-se desde cedo.

A maioria dos sujeitos entrevistados relatou morar na zona rural (58,1%) e os outros relataram morar na zona urbana e mesmo assim exercer alguma atividade no meio rural. Moreira e Targino (2011) encontraram dados que corroboram que a maioria das crianças e dos adolescentes que trabalham na agricultura mora na zona rural. Ao serem indagadas sobre raça ou etnia, houve uma grande diferença na opinião de uma criança pra outra, a maioria dos sujeitos se identificaram como negro, mulato e moreno (75,1%), confirmando dados de inúmeras pesquisas (ALBERTO *et al.*, 2010a; ALBERTO *et al.*, 2011; MOREIRA; TARGINO, 2011, entre outros) sobre o trabalho desenvolvido por crianças e adolescentes em todos os setores de atividade ser predominantemente de afro-brasileiros.

As crianças que desenvolvem alguma atividade de trabalho na agricultura têm pais que também trabalham com atividades agropecuárias, como em hortas, na criação de gados, fazendas, roças. Os dados mostram que 41,7% das crianças e dos adolescentes desenvolvem atividades para a família, a outra parte trabalha para um patrão, juntamente com a família, dados que são

corroborados também por outras pesquisas (ALBERTO *et al.*, 2010a; MOREIRA; TARGINO, 2011). O que favorece para que essas crianças também sigam os mesmos caminhos dos pais. Com relação à renda total dessas famílias, esta varia de menos de ½ salário mínimo a 2 salários mínimos (o valor do salário mínimo era de R\$ 622,00), embora 58,7% tenham relatado viver aproximadamente com 1,5 a 2 salários mínimos. Essas famílias também contam com a ajuda do governo através dos programas sociais de assistência, 75% dos entrevistados disseram que suas famílias participam do programa Bolsa Família do governo federal, entre outros programas (Pioneiros Mirins, PETI, Baixa renda).

No ramo que se caracteriza como trabalho no campo, as atividades desempenhadas por essas crianças e esses adolescentes são as mais variadas possíveis, como limpeza de córrego (8,3%), trabalho na roça (8,3%), plantando e vendendo frutas (8,3%), ajudando na horta da família (25%), na fazenda (8,3%), plantando (8,3%), limpando chácara ou o quintal de casa (8,3%), capinando (8,3%), cuidando do gado (8,3%) e ajudando o pai em várias outras atividades na agricultura (8,3%). O que se percebe é que essas crianças estão envolvidas nas atividades acompanhadas de seus pais. É possível compreender que todas as tarefas demandam exigências físicas e psíquicas que, desempenhadas por crianças e adolescentes, podem ser prejudiciais para o seu desenvolvimento. Algumas das atividades exigem corpo curvado, sobrecarga de peso ou o uso de agrotóxicos na plantação, exigências estas que podem causar sérios danos à saúde desses sujeitos em processo de desenvolvimento, através de um processo lento de degeneração orgânica após vários anos de trabalho.

Adota-se o conceito de risco neste estudo considerando as diversas situações de perda ou dano causado às crianças e aos adolescentes trabalhadores na agricultura. A noção de riscos está associada tanto à presença de máquinas, ao ambiente de trabalho e a substâncias ou situações perigosas, quanto à probabilidade de um acidente, uma doença ou sofrimento. É preciso considerar que os riscos não são estáticos e aliam-se aos contextos nos quais se inserem os indivíduos (BRITO; PORTO, 1991). Tratando-se de crianças e adolescentes, com leis que lhes proíbem o trabalho, esses aspectos assumem contornos de Direitos Humanos.

Os riscos a que estão submetidos são variados. Existem os riscos físicos, que incluem desde as radiações solares até o calor excessivo. Os riscos químicos com o uso dos produtos e agrotóxicos que são utilizados nas plantações, nas lavouras. Os riscos ergonômicos, que vem com as posturas incômodas, o corpo curvado, o carregar peso, as jornadas por vezes prolongadas. E ainda presentes estão os riscos psicológicos, de caráter cognitivo, que se referem ao desempenho escolar, apresentando déficits e defasagens escolares.

Um estudo realizado por Alberto (2006b) com crianças trabalhadoras precoces na agricultura confirma esses dados, eles estão mais expostos à radiação solar, ao calor, à umidade, à chuva e a picadas de insetos e animais peçonhentos, ao levantamento e transporte manual de peso excessivo, a acidentes com instrumentos perfuro-corte-contusos, a doenças respiratórias e à contaminação com agrotóxicos. Segundo Carvalho (2008), tais riscos

podem levar a queimaduras na pele, envelhecimento precoce, desidratação, câncer de pele, fadiga física, dores musculares nos membros e na coluna vertebral, comprometimento do desenvolvimento físico-motor, intoxicações, ferimentos e contusões, acidentes, traumatismos e doenças respiratórias.

No caso de crianças e adolescentes, a camada superficial não completamente desenvolvida favorece a maior absorção de substâncias tóxicas. O processo de formação da bainha mielina, ainda em desenvolvimento, torna o sistema nervoso periférico e central, nesse grupo, mais vulnerável à ação das substâncias químicas tóxicas, provocando tonturas, dores de cabeça, depressão, irritabilidade, dificuldades de concentração, baixo rendimento escolar, formigamento, dormência de extremidades e paralisias de membro (ALBERTO, 2006b).

Com relação ao que as crianças mais gostam nestes trabalhos, elas responderam que gostam de rastelar/juntar folhas (16,7%), amansar os animais (8,3%), colher (8,3%), irrigar as plantas (8,3%), tocar o gado (8,3%), gostam apenas do dinheiro que ganham (8,3%), não gostam de nada (16,7%). Alguns dos sujeitos não gostam de nada que fazem ou apenas do dinheiro que ganham, o que nos permite analisá-las como atividades que são desgastantes para estes sujeitos que estão em desenvolvimento e que é uma sobrecarga para sua pouca idade, além dos vários riscos a que estão submetidos. Quando perguntados sobre por que gostam mais dessa atividade, alguns enfatizaram que era devido ao serviço ser leve ou que não gostavam de nada no trabalho, outros ainda porque é bom, o que nos permite concluir que o que leva essas crianças a gostarem do serviço é porque ele é mais leve e por ser mais fácil para executá-lo.

Quando questionados sobre o que menos gostam nesse trabalho, as respostas variaram: de não gostam do próprio trabalho (8,3%), de pegar lixo (16,7%), do cansaço que gera o trabalho (8,3%), do sol porque escurece a pele (8,3%), roçar (8,3%), adubar o chão (8,3%), tirar leite (8,3%), colher (8,3%), capinar (8,3%) e não gostam do trabalho porque tem mau cheiro (16,7%).

No final de um dia de trabalho, o cansaço (58,7%) é o que predomina como a maior queixa dessas crianças e desses adolescentes que se expõem por horas ao calor excessivo do sol, ao mau cheiro de produtos usados na lavoura. Poucas são os relatam se sentir bem (25%), não sentir nada (8,3%) ou feliz (8,3%). Segundo Alberto *et al.* (2010b), o cansaço é explicado considerando-se a idade dos sujeitos e os tipos de atividades que desenvolvem.

O trabalho pesado em idade precoce também tem outras consequências diretas no desenvolvimento físico e mental, o corpo sofre o efeito da fadiga devido ao dispêndio de energia mais do que em adultos, a prevalência de longas horas de trabalho facilita a redução da capacidade de trabalho de crianças, e a fadiga contribui para a frequência de acidentes, enfermidades, sofrimento (DEJOURS, 1987).

Sobre o que as crianças recebem pelo trabalho, as respostas foram: dinheiro (78,3%), comida (16,6%) e presentes (8,3%). Em pesquisa realizada por Moreira (2005), verificou-se que 64% dos sujeitos de 10 anos e mais, em

2003, recebiam uma remuneração média mensal de até 2 salários mínimos; 46,1% recebiam até 1 salário mínimo; 19,8% recebiam até meio salário mínimo e 20,2%, embora estivessem trabalhando, não recebiam qualquer remuneração por seu trabalho, o que permite compreender quão importante é para esses sujeitos e suas famílias o trabalho que realizam, pelo menos do ponto de vista financeiro, mesmo trazendo consequências nefastas para seu desenvolvimento.

Quando questionados sobre o que fazem quando não estão trabalhando, as respostas foram variadas: 33,3% das crianças disseram que estudam nas horas vagas, 25% brincam, 16,7% ajudam a mãe em casa, 8,3% estudam e brincam, 8,3% não fazem nada e 8,3% dormem. Os dados mostram que 91,7% dessas crianças estudam e trabalham durante o dia, geralmente conciliando o horário de trabalho com os horários de aula na escola. O que se percebe é que o tempo que essas crianças têm para se dedicar aos estudos é muito curto e a exaustão de um dia de trabalho não contribui para que haja um bom rendimento escolar.

Todas as crianças e todos os adolescentes entrevistados nesta pesquisa estão devidamente matriculados e frequentando a escola, e nenhuma delas relatou já ter abandonado um ano letivo. Com relação ao nível de escolaridade, todos cursavam o ensino fundamental, com predominância do 8º ano (33,2%) e do 9º ano (24,9%). No entanto, o índice de reprovação entre essas crianças ainda é muito grande, chega a 66,7%. Já a defasagem escolar varia de 1 a 6 anos, 25% relataram já ter sido reprovada ao menos uma vez e 41,3% relataram já ter sido reprovada de 2 a mais de 3 vezes. Essas crianças se encontram numa faixa do 2º ao 9º ano do ensino fundamental. Outro fato que também se observa, a partir da pesquisa, é que algumas crianças iniciaram os estudos com a idade já avançada, pois responderam nunca terem sido reprovadas, mas a defasagem chega a ser de 6 anos, o que permite inferir que ainda é muito forte a questão da formação do sujeito a partir do trabalho, principalmente para as famílias de baixa renda, em lugar da escola. Outro fator que também possa explicar é a distância da casa desses sujeitos para as escolas. Alberto *et al.* (2010a) também encontraram dados de crianças e adolescentes trabalhadores cuja defasagem chega a 9 anos. Segundo Rizzini, Rizzini e Holanda (1996), as crianças e os adolescentes que trabalham apresentam os maiores índices de evasão escolar e defasagem escolar, e alguns dos fatores que poderiam explicar tal situação seriam: o sistema educacional, que não está preparado para atender a essas crianças, e o próprio trabalho infanto-juvenil, que impede ou prejudica o acesso ao processo de escolarização, aliado à falta de equipamentos institucionais públicos. Além de uma cultura que enfatiza o trabalho como formador e um mercado que dá oportunidades para estes sujeitos.

Para Vygotsky (2008), os anos escolares desempenham um papel fundamental no desenvolvimento intelectual do sujeito, pois é o período ideal para o aprendizado de habilidades essenciais à sua formação cognitiva, como o estudo da gramática, possibilitando o uso consciente e que passe a dominar no plano arbitrário e intencional; a formação de conceitos, o uso de signos; a passagem de habilidades intelectuais do campo das funções psíquicas inferiores para o das funções superiores, como a aprendizagem da

aritmética, que estimula a atenção, o raciocínio, a memória. Sendo assim, o ensino escolar, enquanto método explícito e sistematizado sob regras e conceitos, leva o sujeito ao uso de determinados modos de pensar dentro das áreas específicas e, posteriormente, de forma mais ampla, a evolução do pensamento do indivíduo de um nível elementar para um nível mais alto. Além de contribuir para a tomada de consciência e para o uso deliberativo de regras subjacentes ao comportamento, cuja principal influência se centra no processo de evolução desses aspectos durante a adolescência, passando a constituir as realizações mais importantes desse período da vida.

Como não basta só saber qual estilo de vida estas crianças levam, o que elas fazem, como vivem, é preciso também saber quais as perspectivas de futuro que estas crianças estão desenvolvendo, mesmo estando em meio a uma realidade bastante desanimadora. Mas ao longo de toda esta pesquisa foi possível perceber o desejo que elas têm por um futuro melhor, ajudar a família, crescer financeiramente. Entre as perspectivas de futuro das crianças entrevistadas, estão se formar, ser feliz, ter uma profissão, ser rico, ajudar os pais, ter uma vida financeira boa.

Assim, considerando-se que, no dia a dia dos trabalhadores precoces, prevalece a necessidade do trabalho em detrimento do desejo de estudar, constata-se que as experiências, longe de serem significativas, podem ser negativas e estigmatizantes, tais como os déficits escolares, as defasagens, as dificuldades de aprendizagem e o não acesso ao conhecimento científico produzido. Nesse sentido, as implicações se refletem principalmente na inserção política e social desses sujeitos na sociedade atual, assim como na participação da vida adulta no mercado profissional, cuja demanda requer, cada vez mais, formação e conhecimento. Sendo assim, esses sujeitos têm suas expectativas de futuro inviabilizadas.

CONCLUSÃO

O trabalho infanto-juvenil na agricultura tem sido um problema bastante incidente na nossa sociedade, ainda existem milhares de crianças em todo o Brasil que todos os dias ajudam no sustento de suas famílias, trabalhando debaixo de sol, calor, poeira, lixo, manuseando ferramentas cortantes que geram cicatrizes que podem ficar pra vida inteira. Além de violar os direitos sociais determinados pela legislação, conforme a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, violenta o direito ao pleno desenvolvimento humano, ao privar esses sujeitos de oportunidades para a educação, para aquisição de conhecimento cultural e para uma inserção digna no mercado de trabalho futuramente, não tendo acesso aos aspectos inerentes e imprescindíveis ao desenvolvimento físico, mental, moral espiritual e social.

Ao fim desta pesquisa, chega-se à conclusão de que essas crianças e esses adolescentes que se encontram nessas situações de trabalho vivenciam subjetivamente o peso e a responsabilidade do sustento da família ou da ajuda à manutenção e sobrevivência, pois são obrigadas, desde cedo, a trocar sua infância, as brincadeiras e o aprendizado pela luta que se dá, dia após dia, pela sobrevivência no sol, na lavoura com seus pais ou até mesmo

com a família inteira. O que causa enormes prejuízos e sofrimentos psíquicos ao sujeito.

A inserção precoce conduz às vivências subjetivas de sofrimento, as quais se apresentam de formas variadas, seja no sofrimento do corpo e no corpo; no sofrimento psíquico que se expressa na inter-relação com o outro; no sofrimento diante do medo e das humilhações que sofrem.

A frequência e o rendimento escolar dessas crianças também requerem preocupação e cuidados, as expectativas de futuro nesses pequenos trabalhadores ainda são bem restritas, alguns só querem continuar fazendo o que já estão acostumados a fazer, outros já sonham com um futuro melhor, com uma boa profissão. Só que as condições de vida desses sujeitos pouco favorecem para a realização desses sonhos. Outro ponto importante a ser ressaltado é que as políticas públicas de assistência a essas famílias com baixa renda não têm sido eficientes e ocorrem de forma desigual, pois se percebe que grande parte das famílias que vivem da lavoura e longe dos grandes centros urbanos não recebe este tipo de assistência dada pelo governo. Geralmente são famílias numerosas com pais com baixo índice de escolaridade ou até mesmo analfabetos e filhos que também enfrentam problemas na educação justamente por causa do trabalho.

Diante de tudo isso, o que se percebe é que a exaustão causada pelas longas jornadas de trabalho causa um desânimo excessivo na frequência escolar dessas crianças, alguns sujeitos moram longe da escola e acabam faltando às aulas, têm poucas horas para se dedicar aos estudos, justamente porque, nas horas em que não estão na escola, estão em casa trabalhando.

As lutas pela defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes são travadas com fervor, dia após dia, com a finalidade de preservar a infância e a adolescência, que são fases que merecem ser tratadas com bastante atenção, e assim garantir os direitos. É dever do Estado manter essas crianças e esses adolescentes a salvo de toda forma de trabalho que impeça ou que atrapalhe na formação da criança física e moralmente.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. **Dimensão Subjetiva do Trabalho Precoce de Meninos e Meninas em Condição de Rua em João Pessoa (PB)**. 2002. 305f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

_____. **Crianças e Adolescentes que trabalham**: cenas de uma realidade negada. João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 2003.

_____. (Coord.). **O trabalho infantil na atividade informal urbana em Guarabira – PB**: um diagnóstico rápido à luz das piores formas de trabalho infantil. Brasília: OIT, 2006a.

_____. (Coord.). **O trabalho infantil na cultura do abacaxi no município de Santa Rita – PB**: um diagnóstico rápido à luz das piores formas do trabalho infantil no Brasil. Brasília: OIT, 2006b.

_____. *et al.* O trabalho infantil na rua. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.13, n.1, p.59-72, jan.-jun. 2010a.

_____. *et al.* Mapeamento do trabalho infantil na Paraíba: um contexto de desenvolvimento para crianças e adolescentes pobres. In: LUNA, Verônica Lúcia do Rego; NASCIMENTO, Zaeth Aguiar do (Org.). **Desafios da psicologia contemporânea**. João Pessoa: UFPB, 2010b.

_____. *et al.* O trabalho infantil nos municípios da Paraíba. In: ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; LIMA, Joana Azevedo; SANTOS, Denise Pereira dos (Org.). **Infância, adolescência e juventude: pesquisa, intervenção e políticas públicas**. João Pessoa: UFPB, 2011a.

_____. *et al.* O trabalho infantil doméstico e o processo de escolarização. **Psicologia & Sociedade**, v.23, n.2, p.293-302, 2011b.

ALVIM, Rosilene. O trabalho infantil e reprodução social: o trabalho das crianças numa fábrica com vila operária. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da (Org.). **Condições de vida das camadas populares**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed.) Rio de Janeiro: Guanabara, 1995.

ASMUS, Carmen Ildes R. Fróes *et al.* **Programa de saúde do trabalhador adolescente**: relato de experiência. Oficina sobre os impactos do trabalho precoce na saúde de crianças e adolescentes. Brasília, 1996. Mimeografado.

BRASIL. **Decreto n. 17.943-A**, de 12 de outubro de 1927. Código de Menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm>. Acesso em: 14 nov. 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 12 nov. 2012.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

BOCK, Ana Mercês. B.; LIEBESNY, Brônia. Quem eu quero ser quando eu crescer: um estudo sobre o projeto de vida de jovens de São Paulo. In: OZELLA, Sérgio. (Org.). **Adolescências construídas**: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003. p.203-222.

BRITO, J. C.; PORTO, M. F. S. **Processo de trabalho, riscos e cargas à saúde**. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 1991.

CAMPOS, Herculano Ricardo; ALVERGA, Alex Reinecke. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.6, n.2, 2001.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. O trabalho infantil no Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v.21, n.54, p.551-569, set.-dez. 2008.

CERVINI, Ruben; BURGER, Freda. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben (Org.). **O trabalho e a rua**: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: Cortez, 2003. p.17-46.

CRUZ, Lilian Rodrigues da. **(Des)articulando as políticas públicas no campo da infância**: implicações da abrigagem. Rio Grande do Sul: EDUNISC, 2006.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 2.ed. São Paulo: Cortez-Oborê, 1987.

DOURADO, Ana; FERNANDEZ, Cida. **Uma história da criança brasileira**. Belo Horizonte: Palco, 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2.ed. Brasília: MEC, 2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**, PNAD: 2008-2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**, PNAD: 2010-2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

KASSOUF, Ana Lúcia (Coord.). **O trabalho infantil em cinco estados brasileiros**. Brasília: OIT, 2004.

_____. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.17, n.2, p.323-350, maio-ago. 2007.

KASSOUF, Ana Lúcia; FERRO, Andrea Rodrigues. **O trabalho infantil no ramo agrícola brasileiro**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2004.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; VENDRUSCOLO, Rafaela. Infância e trabalho nas unidades de produção familiar. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4., 2010. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2010.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua *et al.* O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. **RESR**, Piracicaba, v.50, n.4, p.763-786, out./dez. 2012.

MOREIRA, Emilia. **A (re)produção do espaço paraibano e sua configuração atual**. João Pessoa: LOGEPA/DGEOC/UFPB, 2005. (Texto didático)

MOREIRA, Emilia R. F.; TARGINO, Ivan. O trabalho infantil em quatro estados do país. In: ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; LIMA, Joana Azevedo; SANTOS, Denise Pereira dos (Org.). **Infância, adolescência e juventude**: pesquisa, intervenção e políticas públicas. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Infância operária e acidente de trabalho em São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção 132, 182 e Recomendação 190**. Brasília: OIT, 1995.

OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas**: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) **História da criança no Brasil**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma; HOLANDA, Fernanda Rosa Borges de. **A criança e o adolescente no mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1996.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In DEL PRIORE, Mary (Org.). **Historia da criança no Brasil**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SCHNEIDER, Sergio. **O trabalho infantil no ramo agrícola brasileiro**: uma apreciação do estudo da OIT. Porto Alegre: FETAG/RS, Série Documentos n.1, jan. 2005.

SILVA, Ana Cristina Serafim da. **Meninas, exploração sexual comercial, corpo e subjetividade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia. 2009. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

VYGOTSKY, L. S. **A formação Social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Pensamento e linguagem**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Data da submissão: 28/01/2013

Data da aprovação: 18/09/2013